

PROJETO DE LEI Nº 401, DE 1º DE SETEMBRO DE 2023

DISPÕE SOBRE A REGULAMENTAÇÃO DA ASSISTÊNCIA FINANCEIRA COMPLEMENTAR REPASSADA PELA UNIÃO FEDERAL AO MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DO PARAÍSO, VISANDO DAR CUMPRIMENTO AO DISPOSTO NA LEI FEDERAL Nº 14.434, DE 4 DE AGOSTO DE 2022.

RECEBEMOS

05/09/23

09h 00h

Inua Santos

O Prefeito do Município:

Faço saber que a Câmara Municipal de São João do Paraíso, Estado de Minas Gerais, aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Esta lei regulamenta no âmbito do Município de de São João do Paraíso, o valor adicional repassado pela União Federal a este Município a título de Assistência Financeira Complementar, visando dar cumprimento ao disposto na Lei Federal nº 14.434, de 4 de agosto de 2022.

§ 1º A complementação de que trata o caput será:

- I - Integral no caso de carga horária de oito horas diárias e 44 (quarenta e quatro) horas semanais de trabalho;
- II - Proporcional em caso de jornada inferior.

§ 2º O valor do complemento será aquele indicado pela União nos sistemas oficiais do Ministério da Saúde para cada servidor de forma individual.

§ 3º A complementação de que trata o caput não se aplica aos servidores inativos, considerando que o custeio financeiro destes profissionais não constitui despesa com ações e serviços de saúde segundo a Lei Complementar nº 141/2012.


Selma Maria Moraes dos Santos
Prefeita Municipal de
São João do Paraíso / MG

Art. 2º A Assistência Financeira Complementar transferida pela União não implica em aumento automático de outras parcelas ou vantagens remuneratórias e não será incorporada aos vencimentos ou às remunerações dos profissionais contemplados.

Art. 3º Compete a União custear, nos termos da Emenda Constitucional nº 127. de 22 de dezembro de 2022, os valores a título de Assistência Financeira Complementar para atingimento do piso salarial. não sendo repassada essa responsabilidade de forma automática ao Município, estando este desobrigado do seu cumprimento em caso de não custeio pela União.

Art. 4º O pagamento da diferença salarial a título de complementariedade da União para fins de atingimento do piso, não altera o Regime Jurídico dos respectivos servidores previstos na Lei Municipal nº 1.134/1995.

Parágrafo único. Permanece inalterada a legislação que fixa a remuneração e o vencimento base dos servidores abarcados por esta Lei.

Art. 5º Os valores repassados a título de Assistência Financeira Complementar da União serão destacados no contracheque dos profissionais com rubrica específica.

Art. 6º Fica autorizada a celebração de Convênio para que o gestor municipal efetue o repasse dos recursos às entidades privadas sem fins lucrativos e às que participam de forma complementar ao SUS e atendam, no mínimo, 60% (sessenta por cento) de seus pacientes pelo SUS, até o limite da Assistência Financeira Complementar transferida pela União, de acordo com os registros dos estabelecimentos validados pelo Ministério da Saúde.


Selma Maria Morais dos Santos
Prefeita Municipal de
São João do Paraíso / MG

Financeira Complementar na conta bancária específica do Fundo Municipal de Saúde, mediante formalização de Termo de Repasse.

§2º As entidades beneficiadas deverão prestar contas da aplicação dos recursos ao respectivo gestor do Município, o que deverá compor o Relatório Anual de Gestão - RAG.

Art. 7º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar de 1º de maio de 2023.

São João do Paraíso MG, 1º de setembro de 2023.


Selma Maria Morais dos Santos

Selma Maria Morais dos Santos
Prefeita Municipal de
São João do Paraíso / MG

Prefeita Municipal